

necessário pôr a funcionar com eficiência o Secretariado Diocesano das Vocações (que em Viana já está constituído e a funcionar).

7. A nível restrito dos Seminários, não podemos dispensar-nos de permanentemente procurarmos que eles correspondam o mais possível, nos seus diferentes aspectos e variados componentes (estruturais e pessoais), ao que deles espera a Igreja. Neste sentido, nenhum superior ou professor está dispensado de rever a própria vida e actuação, individual e colectiva, em face da Igreja, do Seminário e dos seus educandos.

8. Na tarefa de reanimação da pastoral vocacional e da obra dos Seminários é indispensável que o Bispo, na respectiva diocese, seja o primeiro a assumir *publicamente* esta preocupação e a propôr linhas de acção aos responsáveis, ao clero e ao povo cristão. Ninguém o substitui na autoridade com que fala e na força que deve ser imprimida a esta causa. Deverá ser ele, antes de mais ninguém, a sensibilizar a comunidade diocesana, a desfazer falsas imagens do Seminário, a animar os padres, os seminaristas e os fiéis, etc. Ele terá de ser o primeiro impulsor das acções a desenvolver.

9. Sem prejuízo para outras tarefas a realizar, insiste-se em que o Secretariado das Vocações e o Prelado Diocesano deverão considerar prioritário e pôr em obra urgentemente um plano que coloque a diocese inteira em oração permanente pelas vocações: para que surjam, para que frutifiquem e para que perseverem, na fidelidade.

JORGE COUTINHO

Nota 1 — O presente trabalho é constituído por alguns elementos de reflexão apresentados pelo signatário, na qualidade de Vice-Reitor em exercício do Seminário Conciliar de Braga, na Semana de Estudos para os Superiores e Professores dos Seminários de Braga, em Setembro de 1979.

Nota 2 — Apresentado em Setembro de 1979, o presente estudo apresenta dados numéricos referentes a situações anteriores a essa data. Relativamente ao ano lectivo de 1979-80, e para eventual comparação com os números apresentados no Quadro V, apresentam-se neste apêndice os seguintes elementos de actualização:

Quadro X

ALUNOS DE BRAGA E VIANA NO SEMINÁRIO EM 1979-80

	EM HUMANIDADES			EM FILOSOFIA-TEOLOGIA			
	Braga	Viana	Total	Braga	Viana	Total	
1.º ano	80	15	95	1.º Prop.	7	2	9
2.º ano	67	10	77	2.º Prop.	10	1	11
3.º ano	57	17	74	1.º Teol.	8	1	9
4.º ano	40	12	52	2.º Teol.	5	5	10
				3.º Teol.	2	6	8
5.º ano	38	10	48	4.º Teol.	6	2	8
6.º ano	19	5	24	Total	38	17	55
7.º ano	18	6	24				
Total	319	75	394	Em Estágio	4	2	6

Nas bodas de ouro do Opus Dei

INTRODUÇÃO

Em 2 de Outubro de 1978 celebrou o Opus Dei as Bodas de Ouro da sua fundação. Em 14 de Fevereiro de 1980 celebra também as suas Bodas de Ouro a Secção feminina da Obra. Entretanto recebemos na nossa redacção diversas obras relacionadas com o Fundador da Obra, Mons. Josemaria Escrivá de Balaguer: a tradução italiana e portuguesa do livro de Salvador Bernal: «Mons. Josemaria Escrivá de Balaguer. Apuntes para una biografía del Fundador del Opus Dei»; a segunda edição portuguesa do I volume de homilias de Mons. Escrivá, «Cristo que passa»; e o segundo volume das suas homilias: «Amigos de Dios».

Tudo isto nos sugeriu a ideia de redigirmos uma nota para Theologica sobre as Bodas de Ouro do Opus Dei. Vamos, pois, apresentar aos nossos leitores alguns dados biográficos de Mons. Escrivá de Balaguer, para a seguir sublinhar alguns aspectos da sua mensagem proclamada ao longo dos seus 50 anos de sacerdócio, cumpridos em 28 de Março de 1975¹.

I. ALGUNS DADOS BIOGRÁFICOS

Mons. Josemaria Escrivá de Balaguer y Albás nasceu em Barbastro (Huesca, Espanha) a 9 de Janeiro de 1902. Coursou Direito na Universidade de Saragoça, e fez os estudos eclesiásticos no Seminário de São Francisco de Paula dessa cidade. Foi ordenado sacerdote a 28 de Março de 1925.

Foi depois para Madrid, onde realizou um intenso labor sacerdotal nos bairros operários da capital, entre estudantes universitários e com pessoas de todas as condições sociais. A 2 de Outubro de 1928 fundou o Opus Dei, cujos sócios, por vocação específica, se esforçam por viver as virtudes cristãs e exercer o apostolado de acordo com o seu estado, no meio do mundo e cada um no exercício da sua profissão ou ofício na sociedade. A partir de então, a sua

¹ Servir-nos-emos principalmente de dois artigos publicados a seguir à sua morte: José ORLANDIS, *Mons. Escrivá de Balaguer, Maestro de Vida Cristiana*, em 'Nuestro Tiempo', n.º 257, Pamplona 1975; Javier HERVADA, *Recuerdos de Mons. Josémaria Escrivá de Balaguer y Albás, Fundador y primer Gran Canciller de la Universidad de Navarra*, em 'Persona y Derecho', vol. II (1975).

biografia identifica-se com o desenvolvimento do Opus Dei, a que dedicou incansavelmente o resto da sua vida.

A fundação do Opus Dei vinha recordar a doutrina evangélica de que todos os cristãos imersos nas ocupações seculares — homens e mulheres, leigos ou sacerdotes, solteiros ou casados — podiam viver uma dedicação plena e completa a Deus no meio do mundo, sem que mudasse o seu modo normal de vida, nem o seu trabalho, nem os seus interesses e afãs. Com palavras do Card. Franz König, «Mons. Escrivá começou a pregar a espiritualidade laical já em 1928, data da fundação da Obra. Com a sua pregação antecipava muito do que depois, com o Concílio Vaticano II, se converteu num bem comum da Igreja».

A Guerra Civil espanhola (1936-1939) não o impediu — apesar do perigo contínuo e imediato para a sua vida, devido a ser sacerdote — de continuar a realizar um intenso trabalho de pregação e de direcção espiritual que atingia muitas almas.

Em 1939 publica *Caminho*, cuja primeira versão apareceu, já em 1934, com o título de *Considerações Espirituais*. Este livro que pretende levar o leitor por «caminhos de oração e de amor», converteu-se num *best-seller* mundial da *literatura espiritual*, tendo superado actualmente os dois milhões e meio de exemplares. Segundo *L'Osservatore Romano* (24.III.50), «Mons. Escrivá escreveu algo mais do que uma obra prima: escreveu, indo buscar inspiração ao seu próprio coração, e ao coração chegam, directamente também, os breves parágrafos que, como o verso solto mas completo, formam o Caminho».

Em 1946 fixou residência em Roma. A sua presença, junto da Santa Sé, é decisiva para iniciar o processo de cristalização jurídica da Obra, que entre 1943 e 1950 recebeu todas as aprovações requeridas pela Santa Sé. A partir de então dirigiu, desde Roma, a actividade apostólica do Opus Dei em todo o mundo. Mons. Escrivá de Balaguer viajou repetidas vezes pela Europa para iniciar e consolidar os apostolados da Obra. Entre 1970 e 1975 percorreu quase todos os países da América Latina, num amplíssimo labor de pregação e catequese.

Mons. Escrivá de Balaguer faleceu em Roma, em odor de santidade, a 26 de Junho de 1975, com 73 anos de idade, enquanto desempenhava as suas ocupações habituais. O seu corpo repousa na Cripta da Capela de Santa Maria da Paz, na Sede Central do Opus Dei. Entretanto a sua fama de santidade estendeu-se rapidamente por todo o mundo.

Mons. Escrivá de Balaguer era Doutor em Direito Civil, pela Universidade de Madrid, e Doutor em Sagrada Teologia, pela Universidade Lateranense de Roma. Foi professor de Direito Canónico e de Direito Romano, em Saragoça e em Madrid, e professor de Ética Geral e de Moral Profissional, na Escola Oficial de Jornalismo de Madrid. Foi também Reitor do Real Patronato de Santa Isabel de Madrid, Académico da Pontifícia Academia Romana de Teologia, Consultor da Sagrada Congregação de Seminários e Universidades e da Comissão Pontifícia para a interpretação autêntica do Código de Direito Canónico, Prelado de Honra de Sua Santidade, Doutor «*honoris causa*» pela Universidade de Saragoça, Grão-Chanceler das Universidades de Navarra (Espanha) e de Piura (Perú).

Entre as suas principais obras já publicadas, encontram-se: *Santo Rosário* (1934, 43 edições em 11 idiomas), *Caminho* (1939, 146 edições em 34 idiomas),

La Abadesa de las Huelgas (1944), *Temas Actuais do Cristianismo* (1968, 28 edições em 7 idiomas), *Cristo que passa* (1973, 30 edições em 6 idiomas), *Amigos de Deus* (1977, póstumo).

II. ALGUNS ASPECTOS DA SUA MENSAGEM

O contributo fundamental de Mons. Escrivá de Balaguer — a razão de ser da sua vida e da empresa a que se entregou desde 1928 — foi a fundação do Opus Dei. A sua mensagem, tal como a dos grandes mestres da espiritualidade cristã, foi sobretudo de índole ascética, formadora da fé, ao mesmo tempo que abria uma ampla visão teológica sobre o papel dos cristãos correntes na Igreja e no mundo. Aqui estão alguns aspectos centrais da sua mensagem.

1. Caminho de muitos

A pedra angular da mensagem transmitida ao mundo pelo Fundador do Opus Dei é constituída pelo anúncio do chamamento universal à santidade.

A santidade não é senão a plenitude da vida cristã inerente ao seguimento fidelíssimo de Jesus Cristo. Ora, durante muitos séculos, foi quase um lugar comum nos ambientes cristãos que o chamamento à santidade estava reservado na Igreja a poucas pessoas: a minorias selectas de almas privilegiadas que, para seguir a Cristo, se segregavam dos outros homens e viviam afastadas do resto do mundo.

Trinta anos antes do Concílio Vaticano II, Mons. Escrivá de Balaguer — repetindo o que sempre tinha ensinado desde 2 de Outubro de 1928 — escrevia umas simples palavras que na realidade supunham a ruptura revolucionária de esquemas e hábitos mentais multisseculares. Estava a falar de plenitude de vida cristã. E com audaz naturalidade, formula de repente este surpreendente juízo: «Dizem que é caminho de poucos. — Às vezes penso que podia ser caminho de muitos»².

Transformar o «caminho de poucos» em «caminho de muitos». Seria difícil de expressar em menos palavras uma ideia mais importante. Não pode, por isso, surpreender que essa proclamação do carácter universal do chamamento à santidade parecesse a muitos uma intolerável ousadia. O cardeal Baggio, Prefeito da S. Congregação para os Bispos, recordava isto mesmo com estas palavras: «A muitos isso parecia uma heresia...; depois do Concílio Vaticano II, essa tese transformou-se num princípio indiscutível». A incrível afirmação de um jovem sacerdote já passou a ser doutrina comum da Igreja: também os leigos, a multidão dos cristãos correntes, estão chamados a viver todo o Evangelho, e podem aspirar com todo o direito a ser plenamente discípulos de Jesus Cristo. Todos, homens e mulheres, celibatários e casados, sacerdotes e leigos, são e doentes, sem distinção de raça ou de cultura, de profissão ou ofício, de condição social.

Esta novidade, como tantas outras de que está cheia a doutrina espiritual

² *Caminho*, n.º 323

de Mons. Escrivá de Balaguer, é muito menos uma inovação do que uma «redescoberta». Trata-se simplesmente de reviver — e ensinar a praticar com eficácia — aquele mandamento de Jesus «Sede perfeitos, como vosso Pai Celestial é perfeito»³, que o Senhor dirigiu não só a alguns poucos, mas a todos os discípulos sem excepção. Trata-se de não excluir, onde Cristo não excluiu. Por isso, o espírito do Opus Dei — «tão novo e tão velho ao mesmo tempo, como o Evangelho» — evoca diante dos nossos olhos o exemplo dos primeiros cristãos, para que também agora muitos fiéis correntes, sem outro título que não seja a sua vocação baptismal, se decidam a ser plenamente consequentes com essa vocação e, com a graça de Deus, sigam o seu próprio caminho de santidade no mundo.

2. O homem, filho de Deus

Ao proclamar a vocação universal à santidade, Mons. Escrivá de Balaguer tem presente uma ideia bem definida do homem e da posição que ele ocupa em relação a Deus. Uma antropologia cristã, clara e vigorosa, inspira em todos os momentos a pregação do Fundador do Opus Dei. Para ele, o homem não é esse idolozinho da Criação, segundo a pretensão de certos humanismos que, paradoxalmente e apesar de todas as declarações de direitos da pessoa, costumam desembocar na redução do indivíduo à condição de simples partícula, sem nome e frágil, da espécie humana. O cristão elevado à ordem da graça, transforma-se em participante da natureza divina e pode chamar a Deus seu Pai, porque ele é realmente filho de Deus.

Estas verdades são, sem dúvida, verdades dogmáticas e, por isso, pertencem ao depósito da Fé. Mas na catequese de Mons. Escrivá de Balaguer adquirem uma vivacidade singular, até ao ponto de que, para muitos, a boa nova da filiação divina foi também outra «redescoberta». Este sentido de filiação divina impregna totalmente a espiritualidade do Opus Dei e oferece ao cristão algumas perspectivas talvez nunca imaginadas das suas relações com Deus. Relações que se tornam ao mesmo tempo mais íntimas e mais exigentes, como corresponde àqueles que estão unidos por vínculos de paternidade e filiação.

Toda a vida religiosa do cristão se impregna de nova claridade, à luz da filiação divina. Nestes nossos tempos, em que as multidões atingem níveis de aviltamento e degradação, talvez sem precedentes na história humana, o sentido da filiação divina é um apelo premente ao cristão, para viver com a dignidade dum filho de Deus. Nesta época, em que os homens buscam ansiosamente sistemas perfeitos de segurança, que os protejam de todo o risco, o cristão, sem incorrer em fatalismos paralizantes, sabe pela fé que existe uma Providência paternal de Deus e que, para ele, em última instância, tudo é bom. Quantas vezes terá repetido Mons. Escrivá de Balaguer esta doutrina de S. Paulo: *omnia in bonum*: para os que amam a Deus, todas as coisas são para bem⁴! E para quantos esta verdade terá voltado a ser fonte de alegria e paz!

³ Mt 6, 3.

⁴ Cfr. Rom 8, 28.

3. Santificar a vida ordinária

O chamamento universal à santidade não supõe de forma alguma um «embaratecimento» da vida cristã, de tal modo que a santidade fique mais ou menos desvalorizada ou se reduza o nível das suas heróicas exigências. Trata-se, precisamente, do contrário: de estender a todos os fiéis, tornando-as universais, as grandes exigências do heroísmo cristão. Mas, isso sim, do heroísmo que corresponde a cada um, não de outro que, por alterar a ordem natural das coisas, seria impróprio. Por outras palavras, daquele heroísmo que Deus pede a cada indivíduo concreto como o seu próprio heroísmo, atendendo aos deveres de estado e às peculiares circunstâncias da sua vida.

Esse chamamento universal à santidade leva consigo, por tal razão, a notícia clara de que a vida que se há-de santificar é a nossa vida ordinária: «Vimos dizer, com a humildade de quem se sabe pecador e pouca coisa — *homo peccator sum* (Lc 5, 8), dizemos com Pedro — porém com a fé de quem se deixa guiar pela mão de Deus, que a santidade não é coisa para privilegiados, que a todos nos chama o Senhor, que de todos espera Amor: de todos, estejam onde estiverem; de todos, qualquer que seja o seu estado, a sua profissão ou ofício. Porque essa vida corrente, normal, sem aparência, pode ser meio de santidade», dizia Mons. Escrivá de Balaguer em 1930. E, em 1953, afirmava que qualquer estado e trabalho profissional pode levar à santidade: «O Opus Dei acolhe e encaminha o facto formosíssimo de que qualquer estado e qualquer trabalho profissional, sempre que seja recto e persevere nessa rectidão, pode levar a Deus. E a nossa Obra recolhe essa possibilidade numa vocação bem definida: uma *dedicação pessoal* a Deus no meio do mundo, para converter a nossa vida corrente e o nosso labor profissional e social em instrumentos de santificação e de apostolado, qualquer que seja a idade e as circunstâncias individuais».

Cada um pode encontrar-se com Cristo e segui-Lo no lugar que ocupa no mundo, sem sair do seu ofício, segundo ensinou constantemente, desde o dia 2 de Outubro de 1928, o Fundador do Opus Dei. Este seu ensinamento advertenos, além disso, que se não somos capazes de descobrir Deus na concreta e humilde realidade da nossa vida ordinária, também não conseguiremos encontrá-Lo em nenhum outro lugar⁵.

Mons. Escrivá de Balaguer foi sempre um formidável realista. Não consentiu que o homem se coloque numa posição ambígua e falsa, a metade do caminho entre a terra e o céu. Pelo contrário, ensinou-o a estar firmemente assente no céu e na terra, «com os pés na terra e a cabeça no céu», como costumava dizer. Este realismo cristão, com profundas raízes sobrenaturais, levou-o sempre a denunciar, a desmascarar a que chamava com graça «mística hojalatera», a pobre mística do oxalá, que recorre a esta expressão com tom lacrimoso, como explicação única de mil frustrações e triste desculpa de muitos fracassos. A mística que sonha com situações irreais, que jamais se poderão dar, e deplora que não tenham sido outros os rumos e as circunstâncias da própria vida. Perante a «mística hojalatera», o Fundador do Opus Dei ensinou a santificar a vida ordinária, a de cada um na sua concreta e irrepitível

⁵ ID., *Temas Actuais do Cristianismo*. Lisboa 1973, n.º 114.

realidade com a sua aparente prosa quotidiana, que ele animava a transformar em decassílabos, em verso heróico. Deste modo pôde anunciar aquela boa nova, tão belamente expressada e que a muitos fez descobrir Mediterrâneos inesperados: «abriram-se para todos os homens os caminhos divinos da terra».

Da filiação divina do homem e da sua santificação através da vida ordinária pode deduzir-se um caudal de consequências, quando a realidade dessa filiação divina se transforma em verdade viva e operante. O Fundador do Opus Dei inculcou sempre a primazia da oração, porque esse é o constante ensinamento de Cristo no Evangelho e porque relações de paternidade e filiação não seriam concebíveis sem trato mútuo e familiar, sem diálogo divino, sem amor.

Mas a oração habitual tende por seu próprio impulso para a contemplação. O cristão corrente, que trata de santificar a sua vida ordinária, precisa de ser homem de oração, porque sem oração não pode haver santidade. Este homem não deve encontrar fechado o caminho da contemplação. É igual aos demais; não sai do mundo para buscar uma solidão que não lhe corresponde. Esse homem, no seu lugar do mundo onde por própria vocação permanece, procura estar sempre na presença de Deus e aprende a descobrir através das circunstâncias, dos acontecimentos e das pessoas que constituem o tecido humano-divino da sua própria existência. «Vejo todos os acontecimentos da vida — os de cada existência individual e, de algum modo, os das grandes encruzilhadas da história — como outros tantos chamamentos que Deus dirige aos homens, para se enfrentarem com a verdade; e como ocasiões oferecidas a nós, cristãos, para anunciarmos com as nossas obras e com as nossas palavras, auxiliados pela graça do Espírito a que pertencemos»⁶. Numa palavra, os leigos são chamados a ser contemplativos no meio do mundo. Parece-nos odioso chamar a atenção para a riqueza teológica desta doutrina e a sua transcendência para o futuro da espiritualidade e da vida cristã.

4. O valor divino do trabalho

O valor santificante do trabalho constitui outra das «redescobertas» da pregação de Mons. Escrivá de Balaguer. Se o homem corrente se há-de santificar dentro do enquadramento real da sua vida ordinária, é natural que nessa santificação jogue um importante papel o trabalho, o exercício do próprio ofício ou profissão, que enche uma parte considerável da jornada quotidiana.

Mas não é uma consideração de natureza mais ou menos «instrumental» — empregar o tempo com aproveitamento e eficácia — o argumento último da virtualidade santificante do trabalho. O Fundador do Opus Dei aponta directamente para uma razão muito mais profunda, que se relaciona de modo imediato com a economia da Criação: o homem há-de trabalhar, porque Deus o criou *ut operaretur*, para que trabalhasse e pelo seu trabalho dominasse a terra⁷. O trabalho do homem foi querido por Deus desde os momentos iniciais da estirpe humana, antes do pecado original, que não foi a causa do

⁶ ID., *Cristo que passa*. Lisboa 1977, n.º 132.

⁷ Cfr. *Gén* 2, 15.

trabalho do homem, mas do suor e da fadiga que, desde a queda, são companheiros inseparáveis do trabalho. O valor santificante do trabalho apoia-se, assim, primordialmente, na própria ordem natural das coisas, tal como foi estabelecido pelo desígnio de Deus Criador. É o que Mons. Escrivá de Balaguer nos diz textualmente em declarações que datam de 1967: «O que sempre ensinei — desde há quarenta anos — é que todo o trabalho humano honesto, tanto intelectual como manual, deve ser realizado pelo cristão com a maior perfeição possível: com perfeição humana (competência profissional) e com perfeição cristã (por amor à vontade de Deus e em serviço dos homens). Porque feito assim, esse trabalho humano, por humilde e insignificante que pareça, contribui para a ordenação cristã das realidades temporais — a manifestação da sua dimensão divina — e é assumido e integrado na obra prodigiosa da Criação e da Redenção do mundo: eleva-se assim o trabalho à ordem da graça, santifica-se, converte-se em obra de Deus, *operatio Dei, opus Dei*.

«Ao recordar aos cristãos as palavras maravilhosas do Génesis — que Deus criou o homem para que trabalhasse —, fixamo-nos no exemplo de Cristo, que passou a quase totalidade da sua vida terrena trabalhando numa aldeia como artesão. Amamos esse trabalho humano que Ele abraçou como condição de vida, e cultivou e santificou. Vemos no trabalho — na nobre fadiga criadora dos homens — não só um dos mais altos valores humanos, meio imprescindível para o progresso da sociedade e o ordenamento cada vez mais justo das relações entre os homens, mas também um sinal do amor de Deus para com as suas criaturas e do amor dos homens entre si e para com Deus: um meio de perfeição, um caminho de santificação.

«Por isso, o único objectivo do Opus Dei sempre foi este: contribuir para que no meio do mundo, das realidades e afãs seculares, homens e mulheres de todas as condições sociais procurem amar e servir a Deus e a todos os demais, no seu trabalho ordinário e através dele»⁸.

A primeira coisa que se pode notar é que o trabalho, mesmo falando desde a perspectiva meramente humana, não é primariamente um valor económico. Nem fica reduzido às actividades economicamente produtivas, nem estas têm a sua principal dignidade e sentido no económico. O trabalho, qualquer que seja e por humilde que pareça, representa antes de mais um fim essencial da natureza humana. O trabalho é lei natural do homem — foi criado para trabalhar — e, por conseguinte, um meio de perfeição, de realização pessoal; é um dos mais altos valores humanos. O trabalho — intelectual e manual — é também o meio imprescindível do progresso humano. Progresso científico, progresso nas ideias, progresso nas condições materiais.

O seu sentido é o serviço aos outros, por amor de Deus⁹. O agricultor que proporciona o alimento, a ama de casa que cuida do lar, o médico que atende os doentes, o cientista que aprofunda na verdade ou investiga novas técnicas, os operários que produzem os mais diversos objectos de uso, o varredor que mantém limpa a cidade ou o cantor que proporciona momentos de descanso e diversão, etc., qualquer actividade humana honesta, é de si serviço aos outros. Quando o homem capta este sentido, não realizará o seu trabalho pensando

⁸ Mons. J. ESCRIVÁ DE BALAGUER, *Temas Actuais do Cristianismo*, n.º 10.

⁹ ID., *Cristo que passa*, n.º 166.

em si mesmo ou no seu proveito, mas na utilidade que presta, na necessidade do próximo que está a satisfazer — ainda que seja o simples prazer da criança que come o rebuçado por ele fabricado — e a sua tarefa será sinal de amor aos homens entre si.

Se este sentido se capta, o trabalho contribuirá para um ordenamento cada vez mais justo das relações entre os homens, porque todos — e não só aqueles cujo trabalho é o direito e a justiça (juristas, políticos, etc.) — ordenarão a sua actividade para os outros, mais do que para a busca egoísta do proveito pessoal, que é a fonte de toda a injustiça.

O trabalho, para ser obra completa de serviço, exige que seja bem feito, realizado com competência profissional, dentro da capacidade de cada um. Não serve o enfermo o médico incompetente, não serve o próximo o mecânico que conserta mal o automóvel, nem serve bem o utente o fabricante de aquecedores que calcula mal os radiadores.

Mons. Escrivá de Balaguer exprimiu estas ideias numa homilia de 19 de Março de 1963, festa de S. José: «O trabalho acompanha necessariamente a vida do homem sobre a terra. Com ele nascem o esforço, a fadiga, o cansaço, manifestações de dor e de luta que fazem parte da nossa existência humana actual e que são sinais da realidade do pecado e da necessidade da redenção. Mas o trabalho em si mesmo não é uma pena nem uma maldição ou castigo: os que assim falam não leram bem a Sagrada Escritura. É a hora de nós, os cristãos, dizermos bem alto que o trabalho é um dom de Deus e que não tem nenhum sentido dividir os homens em diversas categorias segundo os tipos de trabalho, considerando umas tarefas mais nobres do que outras. O trabalho, todo o trabalho, é testemunho da dignidade do homem, do seu domínio sobre a criação. É um meio de desenvolvimento da personalidade. É um vínculo de união com os outros seres, fonte de recursos para sustentar a família; meio de contribuir para o melhoramento da sociedade em que se vive e para o progresso de toda a Humanidade...

«Convém não esquecer, portanto, que esta dignidade do trabalho está fundamentada no Amor. O grande privilégio do homem é poder amar; transcendendo assim o efémero e o transitório. O homem pode amar as outras criaturas, dizer um tu e um eu cheios de sentido...

«Por isso o homem não pode limitar-se a fazer coisas, a construir objectos. O trabalho nasce do amor, manifesta o amor, ordena-se ao amor...

«Assim, como lema para o vosso trabalho, posso-vos indicar este: *para servir, servir*. Porque para fazer as coisas, é necessário, em primeiro lugar, saber fazê-las. Não acredito na rectidão da intenção de quem não se esforça por conseguir a competência necessária, com o fim de cumprir bem, os trabalhos que tem encomendados. Não basta querer fazer o bem, é preciso saber fazê-lo. E, se queremos realmente, esse desejo traduzir-se-á no empenho por utilizar os meios adequados para fazer as coisas bem *acabadas*, com perfeição humana.

«Além disso, esse serviço humano, essa capacidade a que poderíamos chamar técnica, o saber realizar o nosso ofício, deve ter uma característica...: o espírito de serviço, o desejo de trabalhar para contribuir para o bem dos outros homens»¹⁰.

¹⁰ *Ibid.*, n.ºs 47-51.

Quem trabalha hã-de exigir a remuneração que em justiça lhe é devida, o que seja «razoável, nem mais nem menos»; e isto é um direito, porque o trabalho é a fonte de recursos para sustentar a família e as próprias necessidades. Mas «a exigência dos nossos direitos não deve ser fruto de um egoísmo individualista. Não se ama a justiça se não se deseja vê-la também cumprida para com os outros»¹¹.

Sublinhamos desta página do pensamento de Mons. Escrivá de Balaguer algumas ideias, hoje de especial importância. O trabalho, como vimos, não pode ser fonte de divisão classista — muito menos de oposições —, porque não é o trabalho o que dá a dignidade ao homem, mas o trabalho é testemunho da dignidade da pessoa humana, dignidade que é igual em todos (não pode, pois, ser fonte de desigualdade, simplesmente está na linha da distinção de funções sociais). O homem dignifica o trabalho pelo amor e por isso é — há-de ser — serviço, não só objectivamente, mas também subjectivamente, como abertura do eu ao tu dos outros. Longe de ser fonte de ódios, por lei natural e por lei de Cristo é fonte de união, pois o amor é força unitiva e, além disso, o trabalho é obra comum: porque o homem que «exerce uma profissão intelectual, técnica ou manual, está e sente-se unido aos outros, igual aos outros, com os mesmos direitos e obrigações, com o mesmo desejo de melhorar, com o mesmo empenho de se enfrentar com os problemas comuns e de lhes encontrar a solução»¹².

Que isto não é uma simples ideia, mostrou-o com palavras e com factos. Quantas vezes lhe ouvimos dizer que a Universidade de Navarra era o resultado dos esforços comuns de quantos nela colaboram, desde as mulheres da limpeza aos professores! Basta ter em conta este parágrafo da entrevista à «Gaceta Universitaria»: «a vida deste centro (a Universidade de Navarra) deve-se principalmente à dedicação, ao entusiasmo e ao trabalho que professores, alunos, empregados, contínuos, estas louváveis mulheres navarras que fazem a limpeza, todos, enfim, consagram à sua Universidade. Não fora isto e a Universidade não teria podido sustentar-se»¹³. Entender a Universidade como «conjunto de mestres e alunos» é coisa velha; entendê-la como tarefa comum de mestres, alunos, contínuos, empregados e mulheres da limpeza, é coisa certamente nova.

Recordemos também que o trabalho, longe de ser o meio pelo qual o homem volta à Natureza — da qual seria somente uma parte: matéria consciente —, é sinal e fruto do seu domínio sobre ela. Não o devolve à Natureza, torna-o senhor dela, leva-o à perfeição pessoal (à realização da sua dignidade humana) e, em última análise, a Deus.

A compreensão do trabalho como serviço levou o Fundador do Opus Dei a reivindicar o carácter verdadeiramente profissional de tarefas até agora consideradas injustamente como próprias de pessoas sem profissão, por exemplo, as tarefas do lar: «Sem dúvida que haverá sempre muitas mulheres que não tenham outra ocupação além de dirigir o seu lar. Digo-vos que esta é uma grande ocupação, que vale a pena. Através desta profissão — porque é verdadeira e nobre profissão — influem positivamente não só na família, como também em muitos amigos e conhecidos, em pessoas com as quais de um modo ou

¹¹ *Ibid.*, n.º 52.

¹² *Ibid.*, n.º 53.

¹³ *ID.*, *Temas Actuais do Cristianismo*, n.º 83.

de outro se relacionam, realizando uma tarefa às vezes muito mais extensa que a de outros profissionais»¹⁴. Em relação com isto e em congruência com a realidade de que o trabalho bem feito — *para servir, servir* — requer competência e formação profissional, impulsionou escolas de formação para as empregadas e auxiliares do lar com planos de estudo rigorosos e completos, que incluem, desde as tarefas domésticas mais elementares, à dietética, medicina de urgência, puericultura, etc. Falando de uma delas — «há muitas semelhantes, orientadas por associadas do Opus Dei que trabalham juntamente com outras pessoas que não são da nossa Associação» —, dizia que «tem como fim principal dignificar a profissão das empregadas domésticas, de modo que possam realizar o seu trabalho com sentido científico. Digo com *sentido científico* porque é preciso que o trabalho no lar se desenvolva como o que realmente é, como uma verdadeira profissão.

«Não se pode esquecer que se pretendeu apresentar esse trabalho como algo de humilhante. Não está certo. Humilhantes, sem dúvida, eram as condições em que muitas vezes se desenvolvia essa tarefa. E humilhantes continuam sendo agora, algumas vezes, porque trabalham segundo o capricho de senhores arbitrários, que não dão garantias de direitos aos que os servem, e também com escassa retribuição económica e sem afecto. É necessário exigir o respeito por um contrato de trabalho adequado, com garantias claras e precisas, e definir nitidamente os direitos e os deveres de cada parte.

«É necessário — além das garantias jurídicas — que a pessoa que preste esse serviço esteja *capacitada*, profissionalmente preparada. Serviço, disse — ainda que hoje a palavra não agrade — porque toda a tarefa social bem feita é isso, um estupendo serviço, tanto o trabalho da empregada doméstica como o de professor ou de juiz. Só não é serviço o trabalho de quem condiciona tudo ao seu próprio bem-estar»¹⁵.

Nesta mesma linha se inserem os múltiplos centros de formação cultural, agrícola, operária, empresarial, universitária, etc., que se estendem ao longo e ao largo de todo o mundo, promovidos pelos sócios do Opus Dei, graças ao espírito que o seu Fundador lhes inculcou.

Julgamos que não faz falta insistir na transcendência que esta doutrina tem dentro da história da espiritualidade cristã, nem da novidade que supõe a «redescoberta» do valor divino do trabalho. Trata-se de algo que durante muitos séculos tinha passado despercebido às sociedades cristãs. É forçoso reconhecer que estas não viram ordinariamente no trabalho muito mais que um remédio contra a ociosidade e os seus perigos; ou então a pesada carga que recaía sobre as gentes mais desafortunadas da escala social, aquelas que estavam obrigadas a enfrentar-se com um trabalho que se considerava tarefa desgraçada, e inclusive, por vezes, degradante, como acontecia com os ofícios chamados manuais ou servis.

Sob esta renovada perspectiva do valor divino do trabalho humano aparecem cheios de sentido os trinta anos da vida oculta de Jesus Cristo, que Mons. Escrivá de Balaguer gostava de propor à consideração e à imitação de todos os cristãos. O Filho de Deus feito homem quis passar quase toda a sua vida

terrena no reduzido enquadramento da oficina de Nazaré, trabalhando com as suas mãos de sol a sol, em tantas jornadas iguais e sem relevo aparente, santificando assim — divinizando — o trabalho ordinário. E a profissão marcou tão profundamente a personalidade humana de Jesus, que a imagem que tinham dEle os seus vizinhos era a de *faber, fabri filius*, a do artífice, filho de José o carpinteiro¹⁶.

O cristão que vive no mundo, discípulo de Cristo, deve portanto imitar a vida laboriosa do seu Mestre. Todo o ofício ou profissão que seja nobre e honesto é santificável, e a sua categoria cristã — a sua eficácia santificante — não depende tanto do género do trabalho como do amor e da perfeição com que se realiza. Daí se deduz a importância que reveste para o cristão a qualidade técnica do trabalho, seja este qual for. A Deus não se Lhe podem oferecer obras mal feitas, mas só a obra bem feita, o trabalho acabado. Porque só este é digno de ser oferecido a Deus, santifica quem o realiza e constitui um bom serviço aos outros.

5. Liberdade pessoal

Como escreveu o ilustre académico José Maria Pemán, Mons. Escrivá de Balaguer «foi um paladino incansável da liberdade dos outros e da liberdade das consciências às quais queria salvar dos sequestros e assaltos do fanatismo actual de um mundo sem mentalidade filosófica»¹⁷.

O seu colaborador mais directo, D. Alvaro del Portillo — eleito, com o voto unânime do Congresso geral electivo da Associação, Presidente Geral do Opus Dei em 15 de Setembro de 1975 —, expunha-o na *Apresentação* do livro *Cristo que passa*: «E, por toda a parte, como em contraponto, aparece um tema de fundo: o amor à liberdade pessoal. *Sou muito amigo da liberdade... O espírito do Opus Dei, que procuro praticar e ensinar há mais de trinta e cinco anos — dizia em 1963 — fez-me compreender e amar a liberdade pessoal. Quando Deus Nosso Senhor concede a sua graça aos homens, quando os chama com uma vocação específica, é como se lhes estendesse a sua mão, uma mão paternal cheia de fortaleza, repleta sobretudo de amor, porque nos busca um a um, como filhas e filhos seus, e porque conhece a nossa debilidade. O Senhor espera que façamos o esforço de agarrar a sua mão, essa mão que Ele nos estende. Deus pede-nos um esforço, prova da nossa liberdade. Se Deus respeita a nossa liberdade pessoal, como não havemos nós de respeitar a liberdade dos outros? E de modo muito especial em todas aquelas coisas que constituem o campo — extensíssimo — de um pluralismo de opiniões e de actuações: Nas coisas temporais não há dogmas. Não está de acordo com a dignidade dos homens tentar fixar verdades absolutas em matérias em que forçosamente cada um tem de contemplar as coisas do seu ponto de vista, segundo os seus interesses particulares, as suas preferências culturais e a sua própria experiência peculiar. Pretender*

¹⁶ Cfr. Mt. 13, 55; Mc 6, 3.

¹⁷ *Tras la muerte de Mons. Escrivá de Balaguer*, em «Los domingos de ABC» de 24.VIII.1975, p. 35.

¹⁴ *Ibid.*, n.º 88.

¹⁵ *Ibid.*, n.º 109.

impôr dogmas no terreno temporal conduz, inevitavelmente, a forçar a consciência dos outros, a não respeitar o próximo»¹⁸.

Pode afirmar-se sem medo a exagerar que se pretendêssemos recolher quanto disse e escreveu a este propósito, precisaríamos dum grande volume para o fazer. Por isso, não é de estranhar que esta insistência tenha provocado — num mundo como o actual, tão amigo de falar de liberdade, mas tão pouco amigo de a respeitar nos outros — algumas reacções contrárias, origem de incompreensões e calúnias. «No entanto, não se estranhe que, de vez em quando, alguém renove os velhos mitos porque procuramos trabalhar por Deus, defendendo a liberdade pessoal de todos os homens, sempre havemos de ter contra nós os sectários, inimigos dessa liberdade pessoal, sejam de que campo forem, e tanto mais agressivos quanto mais se tratar de pessoas incapazes de suportar a simples ideia de religião, ou, pior ainda, se se apoiam num pensamento religioso de tipo fanático»¹⁹.

Mas a liberdade pessoal não foi em Mons. Escrivá de Balaguer uma mera ideia. Pelo contrário, plasmou-a como um dos traços típicos do espírito do Opus Dei. Fora da fé e da moral católicas, os sócios do Opus Dei são libérrimos nas suas opiniões e opções temporais e nas teológicas opináveis: «não pensamos da mesma maneira, porque admitimos o máximo pluralismo em tudo quanto é temporal e nas questões teológicas opináveis», declarava ao correspondente de «Time» no dia 15 de Abril de 1967²⁰. Um ano antes, tinha dito em «Le Figaro» de 16 de Maio de 1966: «se alguma vez um membro do Opus Dei quisesse impôr, directa ou indirectamente, um critério temporal aos outros, ou servir-se deles para fins humanos, seria expulso sem contempções, porque os outros sócios se revoltariam legitimamente, santamente»²¹.

Mais rotundamente, se é possível, expunha isto mesmo ao jornalista Peter Forbath: «O Opus Dei não intervém para nada em política; é absolutamente alheio a qualquer tendência, grupo, ou regime político, económico, cultural ou ideológico. Os seus fins — repito — são exclusivamente espirituais e apostólicos. Apenas exige dos seus membros que vivam como cristãos, que se esforcem por ajustar as suas vidas ao ideal evangélico. Não se intromete, portanto, de nenhuma maneira nas questões temporais.

«Se alguém não entendesse isto, dever-se-ia talvez a que não entenda a liberdade pessoal, ou a que não seja capaz de distinguir entre os fins exclusivamente espirituais para que os membros da Obra se associam, e o campo vastíssimo das actividades humanas — a economia, a política, a cultura, a arte, a filosofia, etc. — nas quais os sócios do Opus Dei gozam de plena liberdade e trabalham sob a sua própria responsabilidade.

«Desde os primeiros contactos com a Obra, todos os sócios conhecem bem a realidade da sua liberdade individual, de modo que se em qualquer momento algum deles pretendesse fazer pressão sobre os outros impondo as suas opiniões pessoais em matéria política, ou se servisse deles para interesses meramente humanos, os outros rebelar-se-iam e expulsá-lo-iam imediatamente.

¹⁸ Mons. J. ESCRIVÁ DE BALAGUER, *Cristo que passa*, ps. 14-15.

¹⁹ ID., *Temas Actuais do Cristianismo*, n.º 30.

²⁰ *Ibid.*

²¹ *Ibid.*, n.º 39.

«O respeito da liberdade dos seus membros é condição essencial para a própria existência do Opus Dei. Sem isso, a Obra não teria ninguém. Mais ainda: se alguma vez se desse — não sucedeu, não sucede e, com a ajuda de Deus, nunca sucederá — uma intromissão do Opus Dei na política ou em algum outro campo das actividades humanas, o inimigo número um da Obra seria eu próprio»²².

Fez semelhantes declarações ao diário «ABC» no dia 24 de Março de 1971: «Dentro das inevitáveis limitações, cada sócio do Opus Dei trata de viver livremente as virtudes cristãs próprias do seu estado — solteiro, casado, viúvo ou sacerdote — e as da sua profissão intelectual ou manual com a graça de Deus e com a maior perfeição humana, em proveito da sua família e da sociedade humana. Sempre com um respeito completo pela liberdade pessoal de qualquer cidadão — seja ou não sócio do Opus Dei —, num legítimo pluralismo em todas as coisas que não estão definidas pela fé ou pela moral de Cristo. E mesmo neste caso, o bom espírito da Obra leva-nos a defender, em frase de Pio XI, a *liberdade das consciências*; por isso em todo o mundo há tantos acatólicos, cristãos e não cristãos que amam o Opus Dei e colaboram com os seus sócios em tantas obras apostólicas». Daí que repetisse incansavelmente: «Sou muito amigo da liberdade e de que cada um siga o seu caminho»²³.

A sua clara percepção do inapreciável bem da liberdade pessoal — que só se pode entender mediante um penetrante conhecimento da real e verdadeira profundidade da dignidade da pessoa humana — pode ver-se plasmada na sua resposta a uma pergunta sobre a atitude dos pais perante as decisões mais importantes dos filhos: «Em última instância, está claro que as decisões que determinam o rumo de uma vida deve tomá-las cada um pessoalmente, com liberdade, sem coacções nem pressão de espécie alguma.

«Isto não quer dizer que não seja necessária, ordinariamente, a intervenção de outras pessoas. Precisamente porque são passos decisivos que afectam uma vida inteira..., é lógico que requeiram serenidade, que se evite a precipitação, que exijam responsabilidade e prudência. E uma parte da prudência consiste justamente em pedir conselho...

«Mas o conselho não tira a liberdade, dá elementos de opinião, e isso amplia as possibilidades de escolha e faz com que a decisão não seja determinada por factores irracionais. Depois de ouvir os pareceres de outros e de ponderar tudo bem, chega um momento em que é preciso escolher, e então ninguém tem o direito de violar a liberdade. ...Inclusive, no caso extremo, quando o filho toma uma decisão que os pais têm fortes motivos para julgar errada e até para prevê-la como origem de infelicidade, a solução não está na violência mas em compreender e — mais de uma vez — em saber permanecer a seu lado para ajudá-lo a superar as dificuldades e, se fosse necessário, para extrair daquele mal todo o bem possível.

«Os pais que amam deveras e procuram sinceramente o bem dos seus filhos, depois dos conselhos e das considerações oportunas, devem-se retirar com delicadeza para que nada prejudique o grande bem da liberdade que torna o homem capaz de amar e servir a Deus. Devem lembrar-se que o próprio

²² *Ibid.*, n.º 28.

²³ *Ibid.*, n.º 30.

Deus quer ser amado e servido com liberdade, e respeita as nossas decisões pessoais: 'Deus deixou o homem — diz-nos a Escritura — nas mãos do seu livre-arbítrio' (Ecc 15, 14)²⁴.

A liberdade pessoal, que tão ardorosamente defendeu, é essa liberdade radical que compete à pessoa humana enquanto tal, sem entrar nunca em específicos problemas políticos ou sociais²⁵. É uma defesa da dignidade da pessoa na sua própria raiz, porque é defesa e amor ao homem na sua dupla condição de pessoa humana por natureza e filho de Deus pela graça. Por isso mesmo não se trata duma doutrina social — muito menos política —, mas de algo muito mais profundo. É um apelo a que o homem — cada homem — reconheça em si a liberdade que lhe é própria por natureza — *nosce dignitatem tuam* — e actue como tal, ao mesmo tempo que reconhece essa mesma liberdade nos outros, o qual, dizia na sua homilia de 8 de Outubro de 1967, no *campus* universitário de Pamplona, «vos permitirá afastar-vos de toda a intolerância, de todo o fanatismo. Di-lo-ei de um modo positivo: far-vos-á conviver em paz com todos os vossos concidadãos e fomentar também a convivência nos diversos sectores da vida social. Sei que não tenho necessidade de recordar o que ao longo de tantos anos venho repetindo. Esta doutrina de liberdade civil, de convivência e de compreensão forma parte, muito importante, da mensagem que o Opus Dei difunde»²⁶. É claro, pelo que fica dito, que as palavras de Mons. Escrivá de Balaguer não admitem uma interpretação em clave política ou social; a sua clave é teológica e, desde outro ponto de vista, filosófica.

Talvez seja uma das páginas mais significativas sobre a liberdade pessoal, a que a seguir transcrevemos: «Se o mundo e tudo o que nele há — menos o pecado — é bom, porque é obra de Deus Nosso Senhor, o cristão, lutando continuamente por evitar as ofensas de Deus — uma luta positiva de amor —, há-de dedicar-se a tudo aquilo que é terreno, ombro a ombro com os outros cidadãos, e tem obrigação de defender todos os bens derivados da dignidade da pessoa. Existe um bem que deverá sempre procurar dum modo especial — o da liberdade pessoal. Só se defende a liberdade individual dos outros com a correspondente responsabilidade pessoal, poderá, com honradez humana e cristã, defender da mesma maneira a sua. Repito e repetirei sem cessar que o Senhor nos deu gratuitamente uma grande dádiva sobrenatural, a graça divina, e outra maravilhosa dádiva humana, a liberdade pessoal, que exige de nós — para que não se corrompa, convertendo-se em libertinagem — integridade, empenho eficaz em desenvolver a nossa conduta dentro da lei divina, porque onde está o Espírito de Deus, aí há liberdade. O Reino de Cristo é de liberdade: nele não existem outros servos além daqueles que livremente se deixam prender, por Amor a Deus. Bendita escravidão de amor, que nos faz livres! Sem liberdade, não podemos corresponder à graça; sem liberdade, não podemos entregar-nos livremente ao Senhor, com a razão mais sobrenatural: porque nos apetece. Alguns daqueles que me escutam já me conhecem há muitos anos. Podeis testemunhar que durante toda a minha vida preguei a liberdade pessoal, com pessoal responsabilidade. Procurei-a e procuro-a, por toda a terra, como Diógenes procurava um

²⁴ *Ibid.*, n.º 104.

²⁵ *ID.*, *Cristo que passa*, n.º 184.

²⁶ *ID.*, *Temas Actuais do Cristianismo*, n.ºs 117-118.

homem. E amo-a cada vez mais, amo-a sobre todas as coisas terrenas: é um tesouro que nunca saberemos apreciar suficientemente. ...Amemos de verdade todos os homens, amemos a Cristo acima de tudo e, então, não teremos outro remédio senão amar a legítima liberdade dos outros, numa pacífica e justa convivência... Sejamos homens de paz, homens de justiça, fazedores do bem...»²⁷.

Parece-nos que as considerações de Mons. Escrivá de Balaguer sobre a liberdade pessoal se podem centrar nestes pontos: 1) O homem recebeu de Deus, juntamente com a sua natureza, a sua dignidade de pessoa, o bem inapreciável da liberdade, que deve ser o princípio dos seus actos. Todo o homem se deve decidir a actuar com liberdade, por decisões próprias e singulares, sem se ocultar no anonimato da massa ou desistir do que só a ele compete decidir. 2) Esta liberdade encontra a sua perfeição em assumir por amor — pelo Amor — a lei divina — lei natural e lei da graça —, mediante a formação na virtude. A liberdade, fora desta orientação, é libertinagem e corrupção. 3) A liberdade pessoal não é ausência de vínculos; comprometer-se no bem — por decisão livre, assumida com amor — não é perder a liberdade, mas ganhá-la, porque manter o compromisso será sempre efeito da lealdade e da fidelidade, isto é, de virtudes, cuja raiz é o amor. 4) A liberdade é absolutamente inseparável da responsabilidade. Quem actua livremente, há-de assumir a responsabilidade dos seus próprios actos, o que significa duas coisas: actuar com integridade, virtude que equivale a rectidão, a pôr em jogo as virtudes e a competência necessárias em cada caso; e «a serem suficientemente honrados para arcarem com a sua responsabilidade pessoal»²⁸, com as próprias decisões, opiniões e opções.

Consequência do amor à liberdade é o amor ao pluralismo de opções e opiniões em todo o vasto campo do opinável. Pode ver-se esta ideia numa resposta que, embora centrada na família, tem valor geral: «A minha resposta não pode ser senão uma: conviver, compreender, desculpar. O facto de que alguém pense de maneira diferente da minha — especialmente quando se trata de coisas que são objecto de liberdade de opinião — não justifica de modo nenhum uma atitude de inimizade pessoal, nem sequer de frieza ou de indiferença. A minha fé cristã diz-me que é necessário viver a caridade com todos, inclusive com aqueles que não têm a graça de crer em Jesus Cristo. Como se não há-de viver a caridade quando, unidos pelo mesmo sangue e a mesma fé, há divergências em coisas opináveis? Mais ainda, como nesses terrenos ninguém pode pretender estar na posse da verdade absoluta, o convívio mútuo, cheio de afecto, é um meio concreto para aprender dos outros o que eles nos podem ensinar, e também para que os outros aprendam, se quiserem, o que cada um daqueles que com eles convivem lhes pode ensinar, que sempre será alguma coisa.

«Não é cristão, nem sequer humano, que uma família se divida por estas questões. Quando se compreende a fundo o valor da liberdade, quando se ama apaixonadamente esse dom divino da alma, ama-se o pluralismo que a liberdade traz consigo.

«Vou dar o exemplo daquilo que se vive no Opus Dei, que é uma grande

²⁷ *ID.*, *Cristo que passa*, n.ºs 184 e 187.

²⁸ *ID.*, *Temas Actuais do Cristianismo*, n.º 117.

família de pessoas unidas pelo mesmo fim espiritual. Naquilo que não é de fé, cada um pensa e actua como quer, com a liberdade e a responsabilidade pessoal mais completa. E o pluralismo que, lógica e sociologicamente, deriva deste facto, não constitui nenhum problema para a Obra. Mais, esse pluralismo é uma manifestação de bom espírito. Precisamente porque o pluralismo não é temido, mas amado como legítima consequência da liberdade pessoal, as diversas opiniões dos sócios não impedem no Opus Dei a máxima caridade no convívio, a compreensão mútua. Liberdade e caridade — estamos a falar sempre do mesmo. E são, de facto, condições essenciais: viver com a liberdade que Jesus Cristo ganhou para nós, e viver a caridade que Ele nos deu como mandamento novo»²⁹.

6. Doutrina e vida

Em Mons. Escrivá de Balaguer a doutrina formou sempre corpo com a vida e era inseparável da sua própria existência. Seguindo as pegadas de Cristo que *coepit facere et docere*³⁰, a mensagem que difundia o Fundador do Opus Dei estava tão profundamente enraizada no seu fazer — na sua vida — que se podia considerar como uma superabundância da sua experiência pessoal. Daí provém esse selo de autenticidade — de verdade vivida — que impregna toda a sua pregação e que foi sem dúvida o segredo da sua capacidade de atracção sobre as mentes e os corações de tantas e tão diversas gentes.

Essa riqueza da personalidade humana e sobrenatural do Fundador do Opus Dei representa um obstáculo praticamente insuperável para qualquer intento de compendiar em algumas páginas os traços mais representativos da sua fisionomia e da sua doutrina espiritual.

A íntima união entre doutrina e vida levou o Fundador do Opus Dei, nos últimos anos da sua vida, a sentir-se cada vez mais urgido pela ânsia de adorar a Deus e de reparar com todas as suas forças essa falha de sentido de adoração, que constitui o sinal mais negativo da humanidade da nossa época. Vivia um trato íntimo e familiar com a Santíssima Trindade e com cada uma das três Divinas Pessoas, e também — em sua expressão — com essa «trindade da terra», que formaram — com Jesus — Maria e José. Ele, que sempre tinha ensinado a fazer da Santa Missa *o centro e a raiz da vida interior* do cristão, fazia continuamente fincapé na sua natureza de acção trinitária.

Existe outro aspecto da pregação do Fundador do Opus Dei que convém assinalar aqui, pela intensidade com o viveu: o relacionado com o Sacramento da Penitência. Mons. Escrivá de Balaguer exortava ardentemente os cristãos a não se subtraírem, com suicida inconsciência ao amor misericordioso do Deus que perdoa. Ele, que se definia a si mesmo como «um pecador que ama a Jesus Cristo», sentia a necessidade do perdão de Deus e buscava-o no Sacramento, uma ou mais vezes por semana. E assim, uma vez mais, fundando como sempre a mensagem que anunciava sobre a autenticidade da sua própria vida, exortava a todos a recorrer frequentemente à confissão sacramental e recomendava-a também às crianças, desde a idade do uso da razão.

²⁹ *Ibid.*, n.º 98.

³⁰ Act 1, 1.

Este homem de Deus, com finíssima sensibilidade para as coisas da alma, compreendia melhor que ninguém o dano que causa ao mundo a perda do sentido do pecado e o consequente abandono do Sacramento da Penitência. O carinho entranhável, o amor paternal que sentia por quantos se aproximavam dele, infundia uma comovente sinceridade às palavras com que animava à prática da confissão frequente.

7. Amor à Igreja e ao Papa

O Fundador do Opus Dei sentiu um apaixonado amor pela Igreja e pela Vigário de Cristo. A sua veneração pelo Romano Pontífice foi absoluta e incondicionada. O Papa era sempre a seus olhos «o doce Cristo na terra», como gostava de dizer com palavras de Santa Catarina de Sena. O amor à Igreja foi nele afecto entranhável, paixão filial: a Igreja era sua Mãe, e assim a chamava, «minha Mãe, a Santa Igreja Romana». Os males da Igreja, tantas vezes causados pela infidelidade daqueles que mais obrigados estavam a ser fiéis, produziram a Mons. Escrivá de Balaguer um sofrimento tal, que seria impossível pretender termos ideia dele. Por isso, há anos e com progressiva intensidade oferecia a Deus a sua vida pela Igreja Santa e pelo Papa. O Senhor aceitou o oferecimento.

JOSÉ A. MARQUES